

Por uma epistemologia da sexualidade na literatura contemporânea

For an epistemology of sexuality in contemporary literature

Claudicélio Rodrigues da Silva*
Universidade Federal do Ceará
claudicelio@ufc.br

RESUMO: O artigo propõe-se a discutir o esboço de uma epistemologia da sexualidade aplicada aos estudos da literatura, sobretudo a que se inscreve na contemporaneidade, tendo como pressupostos teóricos dois conceitos de Foucault: episteme, formulado em *As palavras e as coisas* (1966), e dispositivo, apresentado em *História da Sexualidade I* (1976). O estudo apresenta um vocabulário conceitual que têm servido de ferramentas para a análise das personagens no campo da ficção. Desse modo, interseccionalidade, masculinidade/virilidade, feminino, identidades de gênero, queer, performatividade e heteronormatividade compulsória são conceitos carregados de tensões, tanto discursivas quanto políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia. Dispositivo. Sexualidades. Literatura brasileira contemporânea.

ABSTRACT: The article proposes to discuss the outline of an epistemology of sexuality applied to studies of literature, especially the one subscribed to contemporaneity, having as theoretical assumptions two of Foucault's concepts: episteme, formulated in *The Order of Things* (1966), and dispositive, presented in *The History of Sexuality I* (1976). The study presents a conceptual vocabulary that has been used as a tool for the analysis of characters in the realm of fiction. That way, intersectionality, masculinity/virility, feminine, gender identities, performativity and compulsory heteronormativity are concepts filled with tensions, both discursive and political.

KEYWORDS: Epistemology. Dispositive. Sexualities. Contemporary Brazilian literature.

1 Episteme como referencial teórico

Do formalismo russo ao *New Criticism* americano, das abordagens sociológicas e marxistas à psicanálise, do estruturalismo às correntes comparativistas, do método de desconstrução pós-estruturalista aos estudos culturais, os estudos da literatura ao longo do século XX foram um terreno fértil que, afinal, demonstra o quanto o território dos saberes agenciados pela literatura se faz de tensões epistêmicas. Entretanto, é

* Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ, na subárea de Poética. Professor adjunto de literatura brasileira na graduação e no Programa de Pós-graduação em Letras da UFC.

possível pensar numa novidade epistemológica no campo da crítica e das teorias da literatura no incipiente, e já tão conturbado, século XXI?

O conceito de episteme a que me refiro aqui é o de Michel Foucault, em *As palavras e as coisas* (1999), de 1966, entendido como o jogo entre a continuidade e a descontinuidade numa cultura e suas tensões, um jeito outro de pensar e repensar o mundo.

Por episteme entenda-se o conjunto de saberes segundo os quais uma determinada época pensa suas estruturas, sejam elas sociais, culturais ou religiosas, e as representa. Como consequências de tensões entre o velho e o novo e de rupturas conceituais, esses conhecimentos acabam se tornando referência para os estudos de sua própria contemporaneidade. Entretanto, Foucault entende episteme não como uma unidade sistemática, senão como um campo aberto, não linear e sujeito a tensionamentos¹: “[...] como sucede que um pensamento tenha um lugar no espaço do mundo, que aí encontre como que uma origem, e que não cesse, aqui e ali, de começar sempre de novo?” (FOUCAULT, 1999, p. 68).

O contemporâneo, diz Agamben (2009) citando Nietzsche, é o intempestivo, o que não está fixo e se move nas inconstâncias. Assim, a contemporaneidade seria “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (2009, p. 59). Na acepção de Agamben, será contemporâneo quem é capaz de se distanciar, pelo processo de inadequação, do seu tempo-espaço para poder fixar uma ideia sobre si e sobre o mundo circundante.

Desse modo, como criar mecanismos de leitura da literatura escrita no nosso tempo a partir dos mecanismos de distanciamento e inadequação que nos provoquem a elaborar estratégias reflexivas sobre as demandas que o texto literário solicita nesse agora intempestivo? Que políticas esses textos reivindicam? E o que está entendido e subentendido no discurso do literário que pode servir para se refletir sobre a realidade presente?

¹ No verbete “episteme”, de *Michel Foucault: conceitos essenciais* (2005, p. 42), Judith Revel explica que, nos trabalhos posteriores a *As palavras e as coisas*, Foucault vai preferir o termo “dispositivo”, mais geral que o conceito de episteme porque, se essa se constrói somente de objetos discursivos, aquele abarca também realidades não-discursivas.

É no domínio da interdisciplinaridade, ou da convergência de vários saberes, que as pesquisas sobre literatura vêm sendo pautadas atualmente. Se é verdade que as prateleiras da teoria e crítica literária ocupam um espaço muito reduzido nas livrarias, um pesquisador da literatura hoje encontrará nas prateleiras da história, da sociologia, da filosofia e da psicanálise pensadores que poderão ajudá-lo na leitura literária. Não é algo novo, porque os estudos literários nunca se fecharam dentro de seu próprio mundo de investigação. A teoria da literatura é o que se pode chamar de um saber limítrofe e de bordas, que precisa habitar a fronteira. É nesse sentido que aquele princípio da imanência, difundido a partir do formalismo, no início do século XX, não dá conta sozinho da exigência das leituras literárias atuais, quando os autores fazem questão de atuar politicamente sobre o que escrevem e, portanto, não se trata de um texto encerrado e apartado de quem o fez.

Ao se fazer uma historicização dos movimentos e tensões sociais da segunda metade do século XX, tais como o feminismo negro, o feminismo lésbico, as lutas dos gays e negros contra o sistema de opressão, percebe-se como tudo isso colaborou para que a literatura também fosse questionada e ocupada politicamente para se fazer ouvir e interpretar os discursos dos sujeitos dissidentes. Saber quem fala e por que fala, quem escreve e por que escreve, caracteriza a literatura e tudo o que a abarca como uma instituição. Se o caráter intrínseco dialoga com, ou se contrapõe ao caráter extrínseco, por si só, isso deve servir à investigação. Se texto algum é neutro, a literatura tampouco é, nos seus mecanismos de inclusão e de exclusão².

Uma episteme investiga uma situação a partir de palavras que, na verdade, tornam-se conceitos científicos e passam a construir um centro de disputas nos discursos do presente, lente por meio da qual são observadas as coisas e seus sentidos. Basta uma breve análise nos manuais de teoria e historiografia literária antigos e atuais para se perceber que, às correntes teórico-críticas em vigência em determinada época, se somavam outras concepções ainda em princípio de descoberta. Os discursos e as realidades a eles subjacentes operam numa movência, são referenciais teóricos permanentemente em trânsito.

² Refiro-me às políticas do cânone. O que uma época leu ou deixou de ler faz parte desses mecanismos do sistema literário, entendido como a relação entre autor, obra, editor e leitor. É como pensa Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (2014).

2 O dispositivo da sexualidade como categoria literária

Quando Foucault se propôs a estudar os mecanismos e estruturas de poder, percebeu que a sexualidade é um “dispositivo” sobre o qual governos e governados, instituições e sujeitos, ambiências públicas e privadas se manifestam, quer estabelecendo normas de conduta, quer promovendo cisões por meio de transgressões. A sexualidade não é algo inato, um domínio puramente da natureza, por isso selvagem, que não se pode apreender e sobre o qual não se tem acesso facilmente:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grade rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2015, p. 115).

Muito além do biológico, a sexualidade compreende um estatuto cultural, constituindo uma linguagem pela qual os sujeitos atuam. Dos quatro volumes que compõem a *História da Sexualidade*, com publicação iniciada a partir de 1976, o primeiro se propôs a fazer uma arqueologia do saber sobre a sexualidade e seus pressupostos. Em síntese, Foucault afirma que o interesse do Ocidente pela verdade do sexo incitou/excitou o sujeito a expor suas intimidades, quer através da confissão cristã, quer pelo consultório médico. Ao contrário do que o senso comum imagina, o Ocidente não calou a voz do desejo, mas produziu um sexo tagarelante. Entretanto, num processo dialético, ao ser interpelado, o sexo também interpela o sujeito, numa “dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós” (FOUCAULT, 2015, p.86). Com isso, o Ocidente não apenas racionalizou o sexo, como colocou o sujeito (corpo, alma, individualidade e história) sob a “lógica do desejo”.

Foucault aponta o século XVIII como o momento em que se elaborou um saber sobre o sexo, quando se construiu um modelo de sexualidade “normal”. Para falar de normalidade era preciso apontar exemplos de anormalidade, e quatro sujeitos foram pegos como bodes expiatórios: “a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso” (FOUCAULT, 2015, p. 114). Em torno dessas figuras organizar-se-ia uma “tecnologia do sexo” e seria proposto um código de normalidade.

Essa regulação do sexo, ou “disciplinamento do corpo”, estava a serviço da manutenção da burguesia, ou, nas palavras de Foucault, “a burguesia, para assumir um corpo, olhou, ao contrário, para o lado de sua descendência e da saúde do seu organismo” (2015, p. 136).

Na literatura brasileira, sobretudo a escrita a partir da segunda metade do século XIX, esses sujeitos estão constantemente representados. Não é incomum ver mulheres com calafrios e delírios histéricos³, ou doentes de lascívia e animalizadas, enquanto os gays são desenhados como anomalias e motivos de preocupação social, porque podem desestruturar a ordem⁴. Dentro da lógica do normal e anormal, a literatura sempre se alimentou de narrativas ou poéticas nas quais os desejos sexuais ou desarticulam uma convenção social, ou engendram um contrato de manutenção da ordem.

A sexualidade da mulher é uma obsessão na literatura, seja ela dona de casa ou prostituta. Na verdade, a prostituta (hetaira, mulher da vida, cortesã, ou que nome se queira dar à trabalhadora sexual) é uma sexualidade oscilante entre a aceitabilidade e a reprovação, seja a de categorias refinadas ou a rameira, a sacralizada ou a profana, personagem recorrente desde os textos greco-latinos⁵. A mulher educada para ser a heroína do lar, esposa e mãe, tal como discute Betty Friedan, em 1963, em *A mística feminina* (2020), não é oposta à imagem feminina lasciva presente na prostituta. Ambas estão a serviço de uma hegemonia do masculino e precisam colocar a sexualidade sob a tutela dele. Duas décadas antes de Friedan investigar a mística feminina, Simone de Beauvoir discutia em *O segundo sexo*, de 1949, os mitos elaborados para sustentar uma ideia clássica de feminino, e também coloca na mesa da discussão os vários perfis do feminino, da mulher casada e mãe à prostituta, considerada, segundo a autora, “o bode expiatório”, porque “o homem liberta-se nela de sua turpitude e a renega” (BEAUVOIR, 2009, p. 734-735). Mas, em relação ao ato sexual, Beauvoir é categórica quando afirma que “para ambas,

³ *A carne*, romance de 1888, de Júlio Ribeiro, e *O homem*, de 1887, de Aluísio Azevedo, são ícones dessa representação da mulher histérica para a qual a solução é arrumar marido.

⁴ *Um homem gasto* (1885), de Ferreira Leal, e *Bom crioulo* (1895), de Adolfo Caminha. *Serafim Ponte Grande*, romance de Oswald de Andrade, é exemplo de uma obra em que se supõe que o protagonista seja bissexual.

⁵ Algumas prostitutas famosas da literatura brasileira são *Lucíola* de José de Alencar, Elza ou Fraulein, de *Amar, verbo intransitivo*, de Mário de Andrade; e *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond. Se a prostituição é tema recorrente na prosa, na poesia, muitas dessas mulheres foram musas inspiradoras do poeta. Ver MOREIRA, A. dos S. O espaço da prostituta na literatura brasileira do século XX. *Caligrama*. 2007, Belo Horizonte, 12, p. 237-250.

o ato sexual é um serviço”, com apenas algumas diferenças: “a segunda é contratada pela vida inteira por um só homem; a primeira tem vários clientes que pagam por vez” (BEAUVOIR, 2009, p. 734).

As tecnologias do sexo elaboradas no século XIX constituíam um “conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência” (FOUCAULT, 2015, p. 129) construídas e mantidas pela medicina, pela psiquiatria e jurisprudência, devemos também pensar na literatura que aí se produziu como obras de tese que procuravam ilustrar essas ideias. Nada é gratuito e neutro na representação das sexualidades, portanto.

Os anormais, ou perversos, segundo essas tecnologias oitocentistas, seriam aqueles que não conseguiram se encaixar na sexualidade paradigmática. Para esses estava reservada a zona do proibido, o submundo, lá onde devem habitar os imorais e os desajustados, escória que deve ser apartada da porção de uma sociedade que se pretende aseada e saudável. Recaía, portanto, sobre eles a classificação de pecadores, segundo a moral religiosa, ou de doentes, conforme o diagnóstico da medicina. Mulher, negro, gay, lésbica e prostituta se irmanavam na condição de exploração. É quando se percebe que raça, sexo/gênero e classe são eixos que se interseccionam desde sempre nos domínios da exploração e opressão. Mas a sexualidade os atravessa, por isso mesmo um dispositivo de poder.

Como campo de investigação, as sexualidades se ramificam num rizoma temático. Enquanto as questões subjacentes ao gênero/sexo são implicações que só se implementaram nos estudos literários no final do século XX, embora estivessem na ordem das representações sociais dos sujeitos desde sempre, o erotismo é sua raiz mais profunda, porque está presente na literatura desde as origens. Na verdade, o erotismo nasceu bem antes da sexualidade. Porém, sendo um conceito flutuante, subordinado a culturas e tempos, o erotismo sempre teve uma história e uma filosofia próprias. Inclusive, há toda uma tentativa de separar o que é da ordem do sublime e o que é da ordem do submundo quando se discute a diferença entre literatura erótica e pornografia.

Essa classificação também está a serviço de uma ideologia burguesa. O próprio termo “pornografia”, segundo historiciza Lynn Hunt (1999), é uma invenção moderna, criada no século XVI para dizer o que deve ser lido e o que deve ser escondido por se tratar de um atentado à moral e aos bons costumes. A partir daí, passou-se a atribuir ao erotismo a versão asséptica da representação do desejo nas artes e na literatura, cabendo ao desígnio da pornografia o rebaixamento, a natureza suja do desejo

humano, aquilo de que os homens se envergonham e que, segundo as moralidades instituídas, os sucumbe.

O casamento e o papel dos sexos na constituição de uma família é outra raiz, assim como os subtemas da fidelidade, da traição e do divórcio. O espaço da casa e o espaço do meretrício como territórios da mulher comprometida e da mulher prostituta, os espaços privilegiados do homem e os espaços destinados à mulher; os namoros, os sonhos eróticos dos jovens, a virgindade e sua perda: todos esses tópicos têm como base de sustentação o dispositivo da sexualidade. Ainda, a dominação masculina, a cultura patriarcal, o sexismo e a violência sexual são do domínio da sexualidade e, como tal, devem ser estudados a partir dos seus dispositivos de poder. Como um dispositivo aplicado à literatura, a sexualidade não se trata de apenas mais um eixo temático, senão de um campo investigativo que se deve interseccionar aos campos da raça, gênero e classe. Como espinha dorsal, ela atravessa esses campos e vai agenciando os sistemas de opressão deles advindos.

3 Queer: palimpsesto de figuras desviantes

É queer, mas poderia ser viado, baitola, qualira, bicha... Como esse qualificativo de conotações pejorativas – e suas correspondentes traduções na língua portuguesa – pode tornar-se um conjunto de saberes, práticas de existir e resistir da comunidade LGBTQI+? A palavra queer tem uma longa história, que culmina num lance genial de apropriação e inversão do seu valor do negativo ao positivo. Quase como uma afronta, é na verdade, uma subversão, conforme explica Guacira Lopes Louro:

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. [...] Esse termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier (LOURO, 2004, p. 38).

Longe de ser um conceito uno e fechado, a palavra queer⁶, segundo Tamsin Spargo, compreenderia um conjunto de práticas e saberes:

⁶ Para aprofundamento, ver Miskolci (2016) e Salih (2017).

[...] interpretações da representação do desejo entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos (2017, p. 13).

Deve-se às teóricas feministas lésbicas da década de 1970 e 1980 uma revolução dentro do feminismo que reverberou para além dele e agenciou o conjunto de conhecimentos reunidos hoje sob a alcunha do queer. Primeiro, essas militantes acadêmicas, especificamente as feministas negras, começaram a pôr em xeque o termo mulher como categoria universal, abstrata e pautada numa unidade. As lutas contra a opressão não eram uma só, porque o feminino se bifurcava de acordo com a condição social e a pele. Não se tratava, portanto, de uma luta singular. O movimento deveria ganhar uma dimensão plural. Estariam dispostas as brancas a assumir a lutas das negras? As mulheres de classe média assumiriam as reivindicações das mulheres pobres e periféricas? Além disso, as lutas das mulheres contra todo um sistema opressor, que antes teve pautas comuns, como o direito a igualdade, ao trabalho e ao voto, agora ganhavam novas demandas, que correspondiam a outros jeitos de se viver o feminino levando-se em consideração o desejo homoafetivo. Estariam dispostas as mulheres heterossexuais a assumir a luta das lésbicas?

Nos EUA, teóricas lésbicas como Gayle Rubin e as afro-americanas Audre Lorde e Patricia Hill Collins fomentaram o debate sobre o feminismo de terceira onda, como se conhece esse momento. Num dos estudos considerados seminal para a teoria queer, Rubin (2017) parte de Foucault para propor uma teoria sobre o sexo que discuta o sistema hierárquico de valor sexual proposto socialmente para definir os sujeitos sexuais que podem ser aceitos e os que devem ser abolidos ou segregados ao submundo. Ela desenha a estratificação sexual semelhante à pirâmide econômica, mas os sujeitos são nela dispostos pela sua sexualidade. Assim, no topo da pirâmide estariam os heterossexuais que se casam e procriam, seguidos pelos casais que não se casaram, mas vivem juntos. Nessa escala de valores, por exemplo, aqueles sujeitos solteiros, mas heterossexuais, têm mais valor do que os homossexuais e lésbicas. Esses são hierarquizados também a partir de uma vivência da sexualidade que se assemelhe à vida de um casal heterossexual. É claro que na base da pirâmide figuram as “sapatões caminhoneiras e homens gays promíscuos” (RUBIN, 2017, p. 83). A autora coloca na base, ou abaixo dela, os “transexuais, travestis, fetichistas,

sadomasoquistas, profissionais do sexo, como as prostitutas e os modelos pornográficos e, a mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais” (2017, p. 83).

Nessa hierarquização percebida por Rubin, os sujeitos, segundo as tecnologias do sexo dos séculos XVIII e XIX, se inscrevem na categoria dos anormais ou perversos, que Rubin denomina de “dissidentes eróticos”, sujeitos a ideologias de inferiorização erótica, dentro da dinâmica do uso dos prazeres. E aqui, ao falar do sexo como um vetor de opressão, coloca em questão o que hoje denominamos de interseccionalidade⁷:

O sistema de opressão sexual atravessa outros modos de desigualdade social, separando indivíduos ou grupos segundo sua própria dinâmica interna. Ele não é reduzível nem compreensível quanto a classe, raça, etnicidade ou gênero. Aspectos como sucesso financeiro, pele branca, ser homem e ter privilégios étnicos podem mitigar os efeitos da estratificação sexual. Um homem branco rico e pervertido geralmente será menos afetado que uma mulher negra pobre e pervertida. Mas nem os mais privilegiados estão imunes à opressão sexual (RUBIN, 2017, p. 103).

A pirâmide de estratificação sexual de Rubin é um exemplo de que ser gay e lésbica não pressupõe estar numa mesma horizontalidade no olhar do outro. Nesse sentido, a discussão levantada por ativistas negras como Audre Lorde e bell hooks no seio do feminismo singulariza uma luta que não é de qualquer mulher, mas de uma negra. As duas denunciam a usurpação do erótico pelo masculino e reivindicam para si uma redescoberta do erotismo como empoderamento. Ou seja, temos uma disputa pelo uso dos prazeres. Ao falar de uma política sexual feminista, hooks propõe a reapropriação e resignificação do erótico: “Precisamos de uma erótica do ser fundamentada no princípio de que temos o direito de expressar desejo sexual à medida que nosso espírito nos move e de encontrar no prazer sexual um ethos de afirmação da vida” (2019, p. 136). O que parece um desejo utópico, na verdade consiste numa reconexão com o coletivo: “Em um mundo onde expressões positivas de desejo sexual nos conecta, todos seremos livres para escolher as práticas sexuais que afirmam e nutrem nosso crescimento” (hooks, 2019, p. 136). Na mesma direção,

⁷ Para aprofundar o conceito, ver AKOTIRENE (2019).

num poderoso manifesto ao poder do erótico, Audre Lorde denuncia a apropriação do erotismo pelo masculino, tornado superficial e suspeito:

Por um lado, o erotismo superficial tem sido estimulado como um sinal de inferioridade feminina; por outro, as mulheres têm sido submetidas ao sofrimento por se sentirem ao mesmo tempo indignas de respeito e culpadas pela existência desse erotismo (LORDE, 2019, p. 67).

À medida que se questionava a unidade do feminino, inserindo no debate outros demarcadores discursivos, a própria noção de feminino tornava-se um campo de ressignificação. A proposição “não se nasce mulher, torna-se”, que Beauvoir havia tomado de Freud, agora era repensada. A francesa Monique Witig, no artigo “Não se nasce mulher”, de 1980, problematiza o lugar da lésbica na lógica do contrato heterossexual: “Para uma lésbica isso vai mais além do que a recusa do papel de ‘mulher’. É a recusa ao poder econômico, ideológico e político do homem” (WITIG, 2019, p. 86).

Esse também é o percurso de Donna Haraway, com seu irônico “Manifesto ciborgue”, publicado em 1984, no qual questiona os mitos da construção orgânica do feminino e lança a proposta de se assumir como ciborgues: “[...] somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política [...]” (HARAWAY, 2019, p. 158). Com muita dose de sarcasmo, ela propõe uma concepção de mundo onde não exista o binarismo dos gêneros ou o compromisso com essa clássica noção de masculino versus feminino. Mais uma vez, se coloca sob suspeição a unidade ou a essência do conceito de feminino:

Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis (HARAWAY, 2019, p. 165).

A essas “identidades fraturadas” abordadas por Haraway vêm se somar os estudos sobre o pensamento heterossexual, a identidade ou o desejo homossexual e a necessidade imperiosa de se pensar o gênero como um problema. Aí entra o trabalho de Judith Butler (2017), produzido a partir da década de 1990, que trata de uma “ordem compulsória do sexo/gênero/ desejo” e procura teorizar “o binário, o

unitário e além”. A noção de performatividades de gênero apontada por Butler investiga uma certa ficcionalização do sexo, ou melhor, uma narrativa construída pelo corpo e dirigida pela sociedade para se fazer homem e mulher. Ou seja, em matéria de sexo/gêneros, estamos todos atuando à medida que assumimos um papel e atuemos nele reiteradamente. A diferença está na aceitabilidade ou não de nossa performance. Isso quer dizer que a sociedade criou mecanismos para regular e punir quem falhar na performance aceitável de gênero, já que, segundo Butler, “as pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos” (2019, p. 216).

De ambiguidades e mutações são feitas as identidades que recusam o binarismo do gênero. Ao decidirem habitar a zona do não-classificável, esses sujeitos híbridos operam um desconforto e se tornam textos difíceis de compreender numa primeira instância. Mas é exatamente por meio dessas recusas que as performatividades queer acontecem como potências políticas. Teresa de Lauretis, que inventou o termo “teoria queer”, na década de 1990, afirma que “para reivindicar queer como uma palavra de contestação social que realmente inclua o aspecto sexual, precisamos de uma concepção de sexualidade que vá além dos equívocos nebulosos dos gêneros [...]” (LAURETIS, 2019, p. 400). Em resumo, as teorias queer dão nome aos mais variados estudos de investigação dos sujeitos “anormais” porque recusam o primado da heteronormatividade, mas é claro que tais estudos não se orientam a partir de posicionamentos pacíficos.

4 Masculinidade compulsória, toxidade, reinvenção

Se o feminismo e o feminino tinham uma história, era preciso começar a esboçar a história do masculino. Mas, sobretudo, era preciso pensar na heterossexualidade como uma invenção. Onde e quando surgiu a heterossexualidade e por que ela se torna compulsória e hegemônica? Por que a igualdade de gênero nunca é um pressuposto no sistema heterossexual? De que modo a dominação masculina se introjeta numa sociedade heterocentrada? E o que se pode pensar das relações afetivas e eróticas num sistema hierárquico?

Não somente era necessário investigar a natureza do masculino nos domínios do patriarcado, como se devia interrogar a possibilidade de o masculino e suas performances de virilidade se reconstruírem. Paralelo aos estudos queer, há atualmente um esforço coletivo pela investigação do masculino em vários campos de

saber. Na verdade, assim como na década de 1970 o feminismo reivindicou sua pluralização, agora é urgente pensar em masculinidades. E aí entram as identidades de gênero: o masculino cis (heterossexual/homossexual) e o masculino trans. Também é possível pensar tanto num masculino travesti, quanto num masculino bixa. Ou, ainda, pode ser borrada a fronteira do masculino e do feminino, numa subversão ou recusa a definições de gênero⁸.

Quando se dá conta do jogo tensionado dos discursos sobre gênero e as correlações de força dos micropoderes, percebe-se por que é preciso debater a crise da virilidade nos séculos XX e XXI, a concepção naturalista da heteronormatividade, o mito do masculino e suas relações de poder. E a prosa de ficção está cheia de homens esperando para terem suas sexualidades devassadas, e seus comportamentos investigados. Os homens do século XXI estão realmente vivendo uma crise em sua virilidade? O sexo e a identidade de gênero têm suas fábricas, ou seja, parodiando Beauvoir e Freud, “não se nasce viril, torna-se viril”; é preciso investigar esses mecanismos de construção da virilidade, que tanto pesa sobre a figura masculina tradicional. Arnaud Baubérot (2013) vai atrás dos “últimos vestígios da virilidade tradicional”, situando os anos 1970 como demarcadores de um questionamento desse modelo. Essa fábrica da virilidade é instalada na família, nos bandos, nos movimentos de juventude, no ensino formal, no trabalho e no quartel. Cada instância dessas é responsável por um disciplinamento do sujeito masculino. Para operar uma crítica à virilidade, era preciso abalar essas instâncias, e Baubérot aponta a relevância das discussões feministas das últimas décadas do século XX no processo de desnaturalização da virilidade. Mas tudo é muito recente, e Baubérot aponta uma contradição nessa nova configuração da figura do masculino nos dias de hoje: “O modelo de homem adulto para o qual eles [os jovens] são convidados a crescer se tornou uma figura incerta, cuja masculinidade não é mais caracterizada pela posse dos atributos da dominação” (2013, p. 2020). Seria um indício da crise? E como ver esses indícios nos homens de papel e tinta do passado e do presente?

⁸ Não à toa, assim como se construiu uma história da sexualidade, da pornografia, do sexo, do erotismo, das mulheres, a história do masculino e da virilidade se tornou um tema recorrente, quer no ativismo LGBTQI+, quer na universidade. Um trabalho digno de análise por conta de sua robustez e tentativa de mapeamento são os três volumes da *História da Virilidade*, editados no Brasil pela Editora Vozes, em 2013. Numa perspectiva linear, os volumes reconstróem o conceito de virilidade da Antiguidade à atualidade, esboçando um olhar caleidoscópico sobre essa “vestimenta” do masculino ao longo da História do Ocidente.

Se os currículos dos cursos de Letras ainda esperam uma atualização em matéria da episteme ou do dispositivo da sexualidade, basta uma pesquisa rápida nas revistas acadêmicas para se perceber como esses saberes têm sido introduzidos. De qualquer modo, duas linhas de estudo se desenham aqui. A primeira tenta recuperar autores e obras que a tradição, ou o tal cânone, desprezou. Trazer essas obras para a discussão, inseri-las no debate, estudá-las sob a perspectiva dessas novas teorias sem esquecer de investigar por que foram silenciadas, é um esforço de revisão da historiografia, e a tentativa de redesenhá-la.

A segunda linha consiste em escrever um modo novo para o estudo da literatura que se faz no presente, e que está marcada pela inserção desses sujeitos dissidentes, revelando seus modos de afetividade e suas políticas de enfrentamento. Importa saber o que pensa a personagem sobre seu corpo e seu desejo, tanto quanto nos importamos com o espaço em que ela habita, os ambientes onde ela circula, o círculo de amizades e inimizades, os amores, a cor da sua pele... Aliás, é o modo como ela performa sua sexualidade que vai atravessar todas as outras características e revelar como ela é vista pelos outros.

5 Exercícios de leitura para um corpus literário brasileiro contemporâneo

Temos uma episteme, um conjunto de palavras-conceito e, ao menos, duas linhas de investigação da literatura: uma que olha o passado a partir desses conceitos, numa releitura das políticas do corpo e do desejo vigentes à época; e outra que investiga a performatividade dos sujeitos do presente e os tensionamentos. Agora importa pensar num corpus que dê conta dessas questões “intempestivas”. Seguem algumas provocações em breves resenhas comparatistas na ficção brasileira⁹. Não se trata de análise das obras, senão uma mostra dos sujeitos eróticos, dissidentes ou não, e a diversidade sexual que os compreende.

Pensemos a representação do sujeito masculino nas obras de Marcelino Freire e de Marcelo Mirisola. De um lado, as personagens de Marcelino. Gays, travestis, garotos de programa, negros, bandidos, padres pederastas etc. Um desfile de masculinidade, viril ou não. Mas todos presos a uma complexa teia de desejo, que às

⁹ Os autores aqui citados são alguns dos que tenho inserido nas aulas na graduação, nos debates no grupo de estudo ou nas orientações de pós-graduação.

vezes se traduz por amor, e que os leva a certos crimes. Refiro-me aos contos de *Amar é crime* (2010). É impossível deixar de perceber que esses sujeitos eróticos dissidentes pertencem àquela parcela da sociedade despojada de bens e de direitos. É questão de classe. Do outro lado, as personagens de Mirisola. A crítica o aproxima de nomes famosos da ficção erótica modernista, como Henry Miller e Bukovsky pela temática, mas também pela linguagem chula e obscena. Os homens héteros, misóginos, sexistas, bêbados, desbocados e obcecados por sexo geralmente se confundem com o narrador, que se confunde com o próprio autor. Talvez, *O herói devolvido* (2000), título de uma coletânea de contos de Mirisola, seja uma chave de leitura, indicativo do tipo de herói sobre quem essa episteme da sexualidade e seu dispositivo devam ser aplicadas. Em vez de negar essa literatura, por que não a ver como representação da masculinidade compulsória e de uma virilidade tóxica, violenta e falsamente segura de si, em uma crise identitária e sexual? Confrontar o masculino nos dois autores, portanto, seria uma forma de se refletir sobre a dimensão política da sexualidade que molda tais personagens, ao mesmo tempo, dentro da perspectiva do binarismo, observar a dimensão plural do masculino, embora o masculino gay e trans tendam a recusar as categorizações do gênero.

Pensemos na representação da sexualidade feminina nas personagens de Ivana Arruda Leite e de Jarid Arraes. Ambas escreveram livros de contos apenas com protagonistas mulheres. Em *Falo de mulher* (2000), o feminino tem fala e comportamentos que fogem da noção definida pelo mundo patriarcal. As mulheres casadas aparecem nos contos, mas sempre num limite da transgressão. O que esperar da mulher dona de casa, esposa devota e mãe, senão a obediência em nome da instituição família?! Que passe, lave e cozinhe. E se a carne da receita de culinária for a do homem amado que maltrata a mulher? O que dizer sobre o casal quase casto que se masturba no banho pensando no quão são putos e suspeitando da castidade do parceiro? As queixas das mulheres são recorrentes nas narrativas, como a da mulher que sente saudade da época em que, após o sexo, o homem virava e dormia sem querer conversar. É a própria ideia de relações amorosas nos modelos conservadores, a típica família formada por cidadãos de bem, que Ivana faz rir nos seus contos, sem deixar de lado o humor corrosivo, porque, afinal, não há remédio mais eficaz para destronar esses poderes hegemônicos que o riso.

Enquanto Ivana Arruda é uma mulher dos grandes centros urbanos, Jarid Arraes representa um espaço geográfico e cultural brasileiro que é sempre lembrado

pela seca, o misticismo religioso, o coronelismo e o cangaço, temas recorrentes no romance de 30 sobre o Nordeste. Nascida num dos lugares de forte cultura popular, o sertão do Cariri, que abriga Juazeiro do Norte, cuja figura mais importante é Padre Cícero, Jarid decide apresentar, em *Redemoinho em dia quente* (2019), um sertão contemporâneo cheio de ruídos e tensões entre tradição e modernidade. Também aqui todos os protagonistas são mulheres. Sob o sol causticante da terra-papel do Cariri, transita mulher beata, mulher mototaxista, mulher cordelista, mulher versão menina enamorada de um amigo da cor marrom, mulher negra sertaneja, que reflete sobre a história de que o Ceará foi a primeira província a abolir a escravidão; mulher que mora na loucura, mulheres bissexuais, mulheres irmãs de sangue que se odeiam... Enfim, as mulheres de Jarid estão aí no sertão contemporâneo carregando uma dimensão do feminino eivado de tradição, mas o tempo todo em estado de ebulição (ou abolição) do feminino que se espera delas.

Em mais um exercício de leitura, vamos comparar brevemente duas obras de autores homossexuais com temáticas homoafetivas: *Amora* (2015), de Natalia Borges Polesso, e *As coisas* (2018), de Tobias Carvalho, vencedores na categoria conto do já famoso concurso literário organizado pelo SESC há duas décadas. As mulheres da obra de Polesso têm idades diversas, mas o feminino que aí se constrói é lésbico. O que revela esse corpo erotizado performado nos contos sobre as dores e as delícias dos amores historicamente apontados como malditos? Com que embaraço uma avó tem de responder aos netos adolescentes durante um jantar se é ou não lésbica? O que pensa uma jovem que tem de ouvir de suas tias uma pergunta recorrente feita às mulheres se o que lhe afligia era homem? O que dizer das dúvidas de uma adolescente de dezessete sobre seus flertes lésbicos? Como se abalar com as tentativas de autocontrole de uma mulher abandonada pela companheira sem nenhuma explicação? A sexualidade no livro de Polesso é uma fruta sumarenta, às vezes doce, às vezes ácida, às vezes amarga. Essa é a metáfora que a própria autora emprega para falar do afeto lésbico.

Já nos contos de Carvalho desfilam rapazes gays, urbanos, solitários, ávidos pelo sexo fácil e rápido a dois ou grupal, sempre em trânsito, como quem está à espreita de caça, quer nas vias e espaços urbanos, quer nos *Grindr*s e *WhatsApps* da vida virtual; e embebedados de um desejo que se traduz geralmente em algo morno e insólito. Chama a atenção os contos nos quais rapazes, supostamente héteros, se veem constrangidos e diante de um desejo homossexual. É o amigo tomando banho

com outro, é o estudante que se depara com um encanador arrumando a pia da avó, seu ex-ficante, é o amigo que pede ajuda a outro, num bate-papo virtual, sobre o que está sentindo por outro “amigo”... Que esses personagens dizem sobre a sexualidade desse masculino homossexual que procura incessantemente suprir uma falta? O fato de ambos os autores serem homossexuais agencia um modo de leitura sobre sua literatura?

Por fim, há uma urgência para que o discurso das pessoas trans e travestis se torne fato literário. É uma necessidade para os nossos tempos, assim como o foi o resgate desses sujeitos em antologias e obras autorais que começaram a surgir no Brasil a partir da década de 1960¹⁰. Como território de representação de um tempo, a instituição literatura está distante de ser representativa. Os estudos que resgatam autores pretos, pobres e mulheres revelam o quanto a literatura é elitizada nos modos de representação e escolhas. Por isso, obras como *E se eu fosse pura* (2018), da travesti Amara Moira, e *Vidas trans: a coragem de existir* (2017), que reúne quatro histórias de pessoas trans brasileiras, entre os quais a própria Amara.

O diário de Amara, rasurado na palavra do título (PURA/PUTA), narra as aventuras e desventuras de uma travesti, a própria, nas noites, à procura de oncinhas (R\$ 50,00). É o drama de uma trabalhadora sexual que é narrado com doses fartas de ironia, sarcasmo e humor. Mas o assunto é sério, e Amara lança luz naquelas que só costumam trabalhar na escuridão da noite, das ruas vazias e nos matos e praças das cidades. Como sujeitos híbridos, que desafiam as barreiras do gênero, as travestis amedrontam, mas são frequentemente objeto de desejo de muito hétero casado e pai de família. O gênero do diário cai bem à autoficção de Amara Moira. Mergulhar nesse submundo através do olhar de quem veio de lá para narrar o que viveu e viu é uma experiência de formação que a literatura precisa acolher.

As narrativas não ficcionais de *Vidas Trans* integram as escritas de si, narrativas documentais e autorreferentes onde o limite entre o vivido e o inventado é diluído ou borrado na materialidade do narrado. É uma modalidade da autobiografia que diz muito do modo como o biografado se vê e se coloca no mundo. Nesse sentido, o

¹⁰ Justamente durante o período da ditadura, na qual imperava a censura e a perseguição aos homossexuais, autores gays e lésbicas fizeram da literatura o território de resistência e insubmissão, reunindo em antologias de prosa e poesia textos de autores ou homossexuais ou com essa temática. Além disso, é importante destacar a contribuição de autores como Cassandra Rios, cujos romances foram censurados pelo governo, e o trabalho ativista e estético de João Silvério Trevisan, que, posteriormente, vai reunir esse conhecimento em *Devassos no Paraíso*, cuja primeira edição é de 1986.

subtítulo “a coragem de existir” pode ser compreendido como também a coragem de existir enquanto personagem em um livro. Por que o foco narrativo escolhido é, quase sempre, o de primeira pessoa? Que intimidade e proximidade o eu que fala revela que a diferencia de uma abordagem distanciada em terceira pessoa? Que têm em comum o psicólogo (João W. Nery), a doutora em Letras (Amara Moira), a advogada (Márcia Rocha), o modelo e estudante de interpretação (T. Brant)? São pessoas trans. O que é ser trans e o que essas narrativas revelam sobre reinvenção de si? Dos quatro textos, apenas o de Márcia Rocha tem uma clara divisão de foco narrativo: começa em terceira pessoa e depois a primeira assume a voz, ou seja, na primeira parte, o narrador observador conta a história do menino Marcus César, que é diferente dos outros meninos, e passa a viver uma série de descobertas, nem sempre fáceis, muitas vezes dolorosas. O relato avança até a fase adulta, quando se dá a transição de gênero. A partir desse momento, o ele do relato muda para eu, e acompanhamos mais de perto o relato de Márcia e sua luta de mulher trans. Esse recurso de narração precisa ser pensado tanto estética quanto discursivamente, porque não se trata de uma escolha de foco narrativo sem consequências na leitura.

(In)conclusão

Essas histórias de personagens tão diferentes revelam também sexualidades diversas. Já era tempo dessa complexidade aparecer no texto literário sem caricatura, sem a pecha de anormalidade ou exemplo de natureza desviante. O painel sexual, tão diverso quanto instigante nesses sujeitos, demonstra menos o que se faz na intimidade e mais como se performa para além dela, nos espaços públicos, onde homens e mulheres precisam vestir a roupa de uma sexualidade aceitável ou arcar com as consequências por se trajar em desconformidade com o que se espera delas. Como ler essas sexualidades no bojo daquilo que Foucault (2015) chamou de micropolíticas do poder, sobre o qual se assentam discursos que tensionam as normas? É preciso lembrar que “lá onde há poder há resistência” (Foucault, 2015, p. 104), e que, em vez de se esperar rupturas profundas, é melhor perceber essas mudanças, móveis e transitórias, promovendo “clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis”

(FOUCAULT, 2015, p. 105). Essa literatura tensiona um discurso acostumado e conservador.

As sexualidades compulsórias se manifestam como instâncias de poder nos corpos de homens e mulheres que aceitam para si a diferença, mas de modo a performarem um paradigma elaborado para que essa diferença se veja num grau de domínio de um sexo pelo outro: sexo forte e frágil, sexo provedor e sexo provido, sexo que fala e sexo que escuta, sexo que manda e sexo que obedece, sexo que goza e sexo que é gozado... Já as sexualidades dissidentes se manifestam como política dos corpos nos homens e mulheres que simplesmente decidem recusar o compulsório e vivem seus desejos numa instância de insubmissão.

A leitura que se espera das sexualidades representadas pela literatura, portanto, deve convergir para a óptica da diferença, para uma crítica que perceba que o ético e o estético devem nortear qualquer estudo. Quanto ao “sexo tagarela” a que me referi ao abordar Foucault sobre o sexo que é interpelado e interpela o sujeito, é hora de a literatura, como instituição que é, deixar o sexo falar abertamente. Certamente ele vai também questioná-la sobre o modo como ela o narrou ou o deixou de narrar.

Referências

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução Vinícius de Castro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (Col. Feminismos plurais).

ARRAES, J. *Redemoinho em dia quente*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019.

BAUBÉROT, A. Não se nasce viril, torna-se viril. In: COURTINE, J-J. *História da virilidade: a virilidade em crise?* Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013, vol. 3, p. 189-220.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, J. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feministas. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 212-230.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CARVALHO, T. *As coisas*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CASTRO, E. *Introdução a Foucault*. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FREIRE, M. *Amar é crime*. São Paulo: Edith, 2010.

FRIEDAN, B. *A mística feminina*. Tradução Carla Bitelli e Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: rosa dos Tempos, 2020.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 157-210.

HUNT, L. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUDAR, C.; RABELO, A. (org.). *A resistência dos vaga-lumes: antologia brasileira escrita por LGBTQs*. São Paulo: Nós Editora, 2019.

LAURETIS, T. de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 397-410.

LEITE, I. A. *Falo de mulher*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.

LORDE, A. Usos do erótico: o erótico como poder. In: LORDE, A. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 67-74.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho*: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer*: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora; UFOP, 2016.

MIRISOLA, M. *O herói devolvido*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MOIRA, A. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOIRA, A. et al. *Vidas trans*: a coragem de existir. Bauru, SP; Astral Cultural, 2017.

MOREIRA, A. dos S. O espaço da prostituta na literatura brasileira do século XX. *Caligrama*, 2007, Belo Horizonte, 12, p. 237-250. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/190>. Acesso em: 08 jul. 2020.

POLESSO, N. B. *Amora*. Porto Alegre; São Paulo: Não editora, 2015.

REVEL, J. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

RUBIN, G. Pensando o sexo. In: RUBIN, G. *Políticas do sexo*. Tradução Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 63-126.

SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Tradução Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

WITIG, M. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 83-94.

Recebido em 20/07/2020

Aceito em 18/11/2020

Publicado em 20/12/2020